

PARECER JURÍDICO Nº 056/2025

ASSUNTO: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2025.

01. Verifica-se dos autos o protocolo de pedido de impugnação ao Edital de Licitação nº 010/2025, formulado pela empresa FABIANE AFONSO COUTO SANT ANA SERVIÇOS, devidamente inscrita no CNPJ. nº 17.283.265/0001-47, conforme documento datado de 06/03/2025.

02. Sustenta a empresa impugnante que a quantidade de pessoal determinado no edital é insuficiente, considerando a extensão territorial do município de Campo Largo, havendo erro na base de cálculo da COCEL, para a execução de cada U.S., em especial, nos serviços de corte e religação de energia.

03. Sustenta ainda, que o Edital apresenta diferença injustificável entre o coeficiente do serviço de entrega de correspondências em relação ao serviço técnico, consequentemente mais valorizado que o serviço técnico de maior complexidade. E por derradeiro, questiona a obrigatoriedade da empresa vencedora ter um escritório a 5 km da COCEL.

04. Importa destacar que com o advento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da citada norma, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

05. Diante do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei nº 13.303/16, a COCEL aprovou seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos pelo Conselho de Administração, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.



Art. 40. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a:

- I - glossário de expressões técnicas;
- II - cadastro de fornecedores;
- III - minutas-padrão de editais e contratos;
- IV - procedimentos de licitação e contratação direta;
- V - tramitação de recursos;
- VI - formalização de contratos;
- VII - gestão e fiscalização de contratos;
- VIII - aplicação de penalidades;
- IX - recebimento do objeto do contrato.

06. Conforme restou definido pelo novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, considera-se como modalidade licitatória oficial desta concessionária a denominada “LICITAÇÃO”, conceituada no inciso XXXIII, do art. 13, responsável pela aquisição dos bens relacionados pela Divisão solicitante, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

XXXIII – Licitação: procedimento administrativo pelo qual a COCEL, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessadas na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais vantajosa em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e constantes do edital;

07. Vencida a necessária contextualização quanto à vigência da Lei nº 13.303/16 (lei das Estatais) e a edição do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, passamos ao questionamento quanto à suposta ilegalidade do objeto pretendido.

08. Deste modo, vejamos preliminarmente a definição do objeto, referenciado no Anexo I – Termo de Referência. Vejamos:

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 010/2025, contratação de empresa para execução de serviços comerciais em toda área de concessão da COCEL, por preço unitário de (US) Unidade de Serviço, compreendendo 2 (duas) equipes multitarefas de 01 (um) elemento, contemplando as seguintes quantidades e características:**



ITEM ÚNICO – 33.600 (trinta e três mil e seiscentas) US (Unidades de Serviços), para **execução de serviços comerciais por preço unitário de (US) Unidade de Serviço, compreendendo 2 (duas) equipes multitarefa formada por 1 (um) eletricista com veículo motorizado e equipado para atendimento comercial em toda área de concessão da COCEL**; Fechamento mensal por quantidade de U.S. conforme “MIT20200120_REV.02/2025”; Previsão mensal de 1.400 (mil e quatrocentas) U.S por equipe; A equipe deverá estar apta para cumprir escala de trabalho tipo (5x2) com jornada semanal 40 horas, considerando-se a quantidade solicitada para o período de 12 meses.

Deverá prestar serviço conforme características e descritivos abaixo:

1. CARACTERISTICAS GERAIS (RESUMO):

- a) Duas equipes multitarefa formada por um eletricista;
- b) Com veículo motorizado, equipado para atendimento comercial em toda área de concessão da COCEL;
- c) Fechamento mensal por quantidade de U.S. Conforme mit20200120_rev.02/2025;
- d) Previsão mensal de 1.400 U.S.
- e) A equipe deverá estar apta para cumprir escala de trabalho tipo (5x2) com 40h de jornada semanal. (...)

09. O fundamento de validade das exigências a serem feitas na descrição do objeto é a necessidade empresarial, justificável sob o ponto de vista técnico, considerando a realidade vivenciada (Princípio da Realidade) por esta Administração.

10. A Administração Pública tem por dever a especificação de requisitos a ser atendido por licitantes que pretendem contratar com o Poder Público.

11. Questionada a área requisitante, manifestou-se:

1. “DA QUANTIDADE DE PESSOAL DETERMINADO, ESTABELECIDO PELO EDITAL, PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CERTAME:”

a. O objeto da licitação, não se refere à contratação de empresa para ficar responsável exclusivamente por um processo específico, nem pela demanda de um departamento da COCEL, ou seja, a responsabilidade da contratada será de se apresentar diariamente no horário estabelecido na escala, com as equipes perfeitamente equipada conforme os requisitos previstos no termo de referência, para execução das atividades possíveis de serem atendidas durante o regime de trabalho previsto.

b. O objeto da licitação prevê a contratação de duas equipes apta para:

- i. Regime de trabalho em escala semanal 5x2, jornada de 40 horas semanais, horas extras e sobreaviso;
- ii. Atendimento em toda área de concessão da COCEL;
- iii. Atendimento de solicitações possíveis de serem executada por equipe de um elemento, cuja demanda será possível de ser executada durante o regime de trabalho estabelecido;
- iv. Previsão mensal de 1400 U.S. por equipe, composta pelo:

- 1. Total de U.S. de serviços executados, que por sua vez é composto pela somatória das U.S. correspondente a cada atividade executada;
- 2. Total de U.S. referente ao deslocamento de pessoal;
- 3. Total de U.S. referente ao deslocamento de veículo;
- 4. Total de U.S. por posicionamento do veículo;
- 5. Total de horas efetivamente trabalhadas, mais horas extras e sobreaviso.

c. Não há erro na base de calculo utilizado para determinação das 1400 U.S., a quantidade de U.S. prevista para realização mensal para cada equipe, está diretamente relacionado com a capacidade de execução durante o regime de trabalho estabelecido:

i. Cada equipe tem a possibilidade de executar em media oito (8,13) U.S. por hora, sendo esse em deslocamento ou em execução das atividades solicitadas:

- 1. Em deslocamento:



- a. $(\text{Tempo de deslocamento}) * (\text{U.S. Horas efetivamente trabalhadas}) + (\text{km rodado}) * (\text{U.S. por deslocamento de pessoal}) + (\text{km rodado}) * (\text{U.S. por deslocamento de veículo}) + (\text{U.S. por posicionamento do veículo})$;
- b.
- c. Ex: Se a equipe se deslocou 25 km durante 1 hora para realização de um atendimento, nesse caso, o total de U.S. será igual a $8,76 = (1 * 5,5 + 25 * 0,0554 + 25 * 0,0711 + 0,1)$.
2. Em Execução das atividades:
 - a. Partindo do princípio possibilitar a execução de (2) U.S. de atividade por hora, as U.S. definida para cada serviço efetuado corresponde ao tempo necessário para execução da atividade, desse modo, se a equipe executar varias atividade dentro de um período de 1 hora e dentro do tempo esperado para cada atividade, a mesma totalizará 2 U.S. de atividade executadas mais 5,5 U.S. referente a hora efetivamente trabalhada, ou seja, $(\text{Total de U.S. dos serviços efetuados}) + (\text{U.S. por hora efetivamente trabalhada}) = 7,5 \text{ U.S. por hora efetivamente trabalhada com execução das atividades previstas}$;
 - b. Ex: Dentro do período de 1 hora, se a equipe estiver executando vários serviços em um mesmo local, como: 10 desligamento por falta de pagamento em UCs trifásica acumulará 2 U.S. pelas atividades efetuadas, dessa forma, o total de U.S. a receber pelo período de 1 hora será igual a $(2 \text{ U.S.}) * (1 \text{ h} * 5,5) = 7,5 \text{ U.S.}$
3. Considerando uma média de 8,13 U.S. por hora de trabalho, se a equipe trabalhar as 8 horas da jornada prevista, no período de 1 mês com 22 dias úteis de trabalho, acumulará aproximadamente 1430,88 U.S., sendo assim, considerando que a quantidade de U.S. mensais poderá variar até 25%, adota-se como referência 1400 U.S. mensais por equipe.

12. No tocante ao questionamento sobre a diferença entre o valor pago para a entrega de correspondências e/ou leitura de padrão e o serviço técnico, manifestou-se a área requisitante:

1. II. – DIFERENÇA INJUSTIFICÁVEL ENTRE O VALOR PAGO PARA A ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS E/OU LEITURA DE PADRÃO E O SERVIÇO TÉCNICO:

- a. A quantidade de U.S. atribuída a cada serviço efetuado, não está relacionada com a “complexidade” técnica envolvida e sim ao tempo necessário para execução da atividade, conforme foi citado anteriormente, a distribuição de U.S. para as diversas atividades citadas no processo, estão relacionadas ao tempo de execução, que tem como princípio possibilitar que a equipe acumule 2 U.S. de serviços executado a cada hora de trabalho executado.
- b. Os documentos e correspondências relacionados no processo referem-se a laudos técnicos em geral, que além de ser necessário se obter o recibo de entrega, deve ser executado por profissional da área que possua conhecimento referente ao processo, pois faz se necessário esclarecimento ao consumidor, desse modo, a execução dessa atividade demandar maior tempo de execução o que justifica a quantidade de U.S. atribuída a esse serviço.
- c. Com relação a quantidade de U.S. relacionada para execução de leitura, também está relacionada ao tempo necessário para execução da atividade, porém, para esse questionamento o reclamante está equivocado, pois trata-se de uma atividade que possui a menor quantidade de U.S. atribuída, pois demanda pouco tempo para execução referente as demais atividades do processo.

13. Considerando nossa habitual transparência administrativa, vejamos o terceiro item questionado pela empresa Fabiane Afonso Couto Sant Ana Serviços:

1. III – DA OBRIGATORIEDADE DA EMPRESA VENCEDORA TER UM ESCRITÓRIO A 5KM DA COCEL:

- a. Não há a exigência de que a empresa vencedora possua escritório no máximo a 5 km da COCEL, necessário verificar o processo publicado.

14. Neste último questionamento, cabe um esclarecimento complementar, tendo em vista que o referencial de 5 km é previsto no Termo de Referência no item 6, alínea “o”, para alocação de eletricitistas durante o período de escala e não de obrigatoriedade de constituição de escritório da vencedora. Vejamos:

6. ALOCAÇÃO DE ELETRICISTA: (...)

o) Alocar para as funções de eletricista os empregados que residem ou se hospedam durante o período da escala no máximo a cinco (5) km da base (conforme a região de escala da equipe – prazo para readequação e de 15 dias após publicação da escala).

15. O Parágrafo único do citado art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro reflete o **Princípio da Proporcionalidade**, considerando que cabe a Administração Pública demonstrar que a medida deve ser adequada, necessária e proporcional.

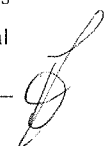
16. Na mesma linha determina Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, citando o Professor Marçal Justen Filho, que o Princípio da Proporcionalidade “está relacionado com a ‘ponderação de valores’ e com a ideia de que ‘a aplicação da regra jurídica deve ser norteada pelo resultado que se busca atingir’. Portanto, equilíbrio e finalidade legal, na concreção da norma, são critérios essenciais para a correta compreensão e aplicação do princípio em tela, o que também alcança o princípio da razoabilidade, matriz imediata da proporcionalidade.”

17. Diante do exposto, da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial, a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela regularidade da definição do objeto, do Edital de Licitação nº 010/2025.

18. No mesmo sentido determinou o Superior Tribunal de Justiça (ROMS 10847/MA), que “*O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.*”.

19. Oportuno neste momento a lição da doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, in Direito Administrativo, 10º ed., São Paulo: Atlas, 1998, pág. 262.

“Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.” (grifo nosso)



20. Conforme verificamos a atuação administrativa jamais poderá afrontar a lei, bem como, violar os princípios que regem a Administração Pública.

21. Afigura-se relevante esclarecer que o direito de defesa e a possibilidade do contraditório, garantias constitucionais expressas, foram asseguradas aos licitantes.

22. Diante do exposto, diante da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial, a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela inexistência de irregularidade no Edital de Licitação nº 010/2025, tendo em vista que as exigências não são desarrazoadas ou excessivas, bem como, em respeito aos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da boa fé, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.

S.M.J.

É o Parecer.

Campo Largo, 11 de março de 2025.



Otavio Dias Pereira Junior

OAB/PR 28.139